

Moitará

Revista Eletrônica da Fundação Araporã

O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS AÇÕES EDUCATIVAS DO GEERERI/FUNDAÇÃO ARAPORÃ



Parte 1 – Perspectivas de
Educadores Indígenas



Entrevista com
Cristine Takuã


Fundação

ARAPORÃ

GRUPOS DA FUNDAÇÃO



MOITARÁ
REVISTA ELETRÔNICA DA FUNDAÇÃO ARAPORÃ
ISSN2248-0355 | ARARAQUARA | N.4 | V.5 | 334 p. | Janeiro-Dezembro | 2017



Moitará é um revista desenvolvida pela Fundação Araporã para a divulgação e troca de conhecimentos sobre Educação, Patrimônio Cultural, Arqueologia, Relações Etnicorraciais, Histórias e Culturas Indígenas.

Editores

Grasiela Lima
Robson Rodrigues

Comissão Editorial Executiva

Grasiela Lima
Natália Carvalho de Oliveira
Robson Rodrigues

Comissão Técnica

Carla Verônica Pequini – Diagramação
Fabiana Abi Rached de Almeida – Revisão

Contato

Endereço Postal
Fundação Araporã
Avenida Antônio Alves Araújo, 820
Parque Igaçaba - CEP: 14.804-394
Araraquara/SP
Fone: (16) 3461-4201
CEP: 14.804-408

Fundação

ARAPORÃ

E-mail

revistamoitara@gmail.com

Site

www.fundacaoarapora.org.br

ISSN

2448-0355



EDITORIAL

A partir desta edição da **Moitará – Revista Eletrônica da Fundação Araporã**, ingressamos em um novo momento do periódico com a reformulação na diagramação e na hospedagem em nova plataforma de publicação digital.

Nesse processo de renovação, também finalizamos o projeto voltado para as edições especiais e daremos início às publicações relacionadas à produção científica, análises e reflexões dos membros e colaboradores da Fundação Araporã, tendo como referências seus três grupos de estudos e pesquisas: GEA (Grupo e Estudos Arqueológicos), GEERERI (Grupo de Estudos “Educação das Relações Étnicorraciais na Temática Indígena”) e GEP (Grupo de Educação Patrimonial).

Assim, a presente publicação é de responsabilidade do GEERERI, sob a coordenação da Prof^ª. Dr^ª Grasiela Lima, sendo os artigos de autoria dos integrantes e pesquisadores colaboradores do referido grupo.

O trabalho desenvolvido apresenta como do tema central **“O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS AÇÕES EDUCATIVAS DO GEERERI/FUNDAÇÃO ARAPORÃ”** e, desse modo, busca abrir possibilidades de diálogo, estudo e considerações a respeito da reprodução de estereótipos, preconceitos assim como transformações que ocorrem no ambiente escolar. Tendo a educação para as relações etnicorraciais como princípio e finalidade das ações institucionais, o objetivo é destacar a temática indígena como questão geradora para o desenvolvimento de práticas educativas mais aprofundadas e críticas em relação à maneira como os povos indígenas ainda hoje são tratados e replicados nos conteúdos curriculares, na prática pedagógica e nos livros didáticos das escolas de ensino fundamental e médio no Brasil.

A publicação é composta por dois volumes cujo conteúdo foi dividido pelo conjunto de práticas, experiências e reflexões realizados por educadores e pesquisadores indígenas e não-indígenas, através de olhares e contextos diferenciados. A partir do que determina a Lei 11.645/08, no que se refere ao ensino de histórias e culturas indígenas, apresentamos a construção de conhecimentos promovida por estes sujeitos diversos em espaços de educação formal e não formal, numa perspectiva interdisciplinar e intercultural.

Grasiela Lima
Robson Rodrigues
editores

MOITARÁ - REVISTA ELETRÔNICA DA FUNDAÇÃO ARAPORÃ - V. 5, N.4 (2017)

Edição Grupo de Estudos

O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS: REFLEXÕES A PARTIR
DAS AÇÕES EDUCATIVAS DO GEERERI/FUNDAÇÃO ARAPORÃ

Parte 1 - Perspectivas de Educadores Indígenas

SUMÁRIO

Editorial

Grasiela Lima e Robson Rodrigues

Apresentação

Grasiela Lima

SESSÃO 1 - ARTIGOS

**Os (Des)Caminhos da lei 11645/08 em escolas não-indígenas, e no
entanto, repletas de indígenas**

Marleide Quixelô

Protagonismo no Ensino da Cultura Indígena na Sala de Aula

Irineu Nje'a Sebastião

**Relato de Prática: artefatos, brincadeiras e brinquedos de herança
cultural indígena**

Silmara de Fatima Cardoso

SESSÃO 2 - ENTREVISTAS

O ensino de histórias e culturas indígenas pelo olhar da educadora

Cristine Takuá



APRESENTAÇÃO

A Revista Moitará tem o prazer de apresentar um número composto por contribuições de educadores e pesquisadores colaboradores do GEERERI (Grupo de Estudos "Educação das Relações Étnicorraciais na Temática Indígena"), da Fundação Araporã, Araraquara/SP.

Como parte do processo de consolidação da revista, nesta edição trazemos diferentes olhares sobre as possibilidades de ações educativas voltadas para o ensino de histórias e culturas indígenas na educação básica, especialmente no que se refere à contribuição de professores indígenas que realizam importantes trabalhos nesse sentido.

Além de se constituírem sujeitos da história e legítimos protagonistas da sua forma escrita e oral, os indígenas são vistos nesta publicação como detentores dos conhecimentos e dos saberes que devem nortear o aprendizado sobre suas histórias e suas culturas nas escolas não indígenas.

Trata-se, portanto, das discussões voltadas para a implementação da Lei 11.645/08 no que se refere à temática indígena na escola. Quase dez anos de sua promulgação, muito pouco foi feito em relação à sua concretização na prática pedagógica, no cotidiano escolar, nos livros didáticos e no currículo.

A presente publicação apresenta uma perspectiva interdisciplinar multicultural, a partir das contribuições de educadores que destacam aspectos metodológicos e teóricos voltados para o ensino de histórias e culturas indígenas, assim como relacionados aos saberes tradicionais e às questões ligadas à educação formal e não formal.

Assim, Seção de Artigos traz a contribuição de três professores indígenas que denunciam a não efetividade da Lei 11.645/08 e destacam suas práticas educativas em espaços formais e não formais de educação no âmbito da valorização das histórias e culturas indígenas protagonizadas pelos mesmos.

Nesse sentido, Marleide Quixelô chama a atenção para as complexidades relacionadas aos povos indígenas no Brasil, especialmente no contexto da educação básica, levando-se em consideração sua experiência como professora na cidade de Tupã/SP, em escola não indígena e com a presença de alunos indígenas. Assim, suas reflexões são apresentadas a partir de alguns questionamentos: "Como fica a situação de educadoras(es) indígenas atuando em escolas não-indígenas? Como fica a situação de estudantes que só vem descobrir tardiamente sobre as suas etnias indígenas? Como lidam outras/os docentes com isso? Como dar conta de tantas complexidades nesses macro ou micro-espacos contemporâneos?"

A partir de uma crítica à educação monocultural, a autora destaca uma abordagem das temáticas indígenas no plural tendo em vista a necessidade de se contemplar suas diversidades e complexidades.

O professor e ativista indígena Irineu Nje'a Sebastião, do povo Terena, apresenta um relato de experiência a partir das atividades que desenvolve a frente da organização não governamental Araci Cultura Indígena, sediada na cidade de Bauru/SP.

O referido autor relata no seu artigo *Protagonismo no Ensino da Cultura Indígena na Sala de Aula* as ações educativas desenvolvidas em espaços formais

e não formais de educação, tendo como fundamento teórico-metodológico a Pedagogia da Resistência.

Ações como palestras, cursos, exposições e contação de histórias são desenvolvidas respeitando-se o protagonismo indígena a partir da própria literatura indígena e da etnohistória produzida por pesquisadores também indígenas. Trata-se, portanto, de uma perspectiva política importante no desenvolvimento do trabalho voltado para o respeito e valorização das histórias e culturas indígenas.

A professora Silmara de Fátima Cardoso, indígena do povo Guajajara, também traz um importante relato de experiência desenvolvida em escola da cidade de São Paulo, capital, a partir do Projeto "Artefatos, brincadeiras e brinquedos de herança cultural indígena", título que também dá nome ao seu texto.

A autora afirma que a ideia do projeto surgiu em 2016, levando em conta a necessidade de se trabalhar no contexto escolar a herança cultural dos vários povos indígenas que habitam o Brasil. Nesse sentido, Cardoso afirma que "muitos brinquedos e brincadeiras da herança cultural indígena fazem parte da nossa infância e alguns brinquedos são bem conhecidos, como o pião, perna de pau, peteca, bola de gude, coquita, dentre outros"

Contudo, para além dos brinquedos e brincadeiras, o desenvolvimento do projeto permitiu que as crianças compreendessem a diversidade dos povos indígenas no Brasil, assim como a riqueza de suas culturas e histórias.

A Seção Entrevista destaca uma das principais lideranças no campo da educação escolar indígena no estado de São Paulo. Trata-se de Cristine Takuá, formada em Filosofia, professora e ativista que nos brinda com seus conhecimentos e experiências, destacando aspectos da educação indígena, da educação escolar indígena e os desafios do ensino das histórias e culturas indígenas tanto nas escolas indígenas como não indígenas. Além disso, discorre sobre os saberes tradicionais dos Guarani Mbya e suas reflexões e vivências voltadas para a agroecologia e as perspectivas indígenas.

Esperamos que esta publicação contribua com os estudos sobre o ensino de histórias e culturas indígenas, especialmente no que se refere aos aspectos fundamentais relacionados à práxis educativa, à metodologia no campo das linguagens artísticas, ao respeito ao protagonismo dos povos indígenas, às visões críticas relacionadas à historiografia tradicional e à cosmovisão indígena.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Grasiela Lima
Coordenadora Editorial - Editora

SESSÃO 1
ARTIGOS



Os (Des)Caminhos da Lei 11645/08 em escolas não-indígenas, e no entanto, repletas de indígenas

Marleide Quixelô¹

Gostaria de começar esse artigo chamando a atenção para as complexidades com as quais nos deparamos em relação às temáticas sobre os povos indígenas nas contemporaneidades em especial na educação básica (ou educações básicas?) no(s) Brasil(s) plural(is).

Segundo o IBGE (2010), no Brasil, (r)existem atualmente 305 povos indígenas falantes de 274 línguas; alguns vivendo em territórios tradicionais, outros vivendo em contextos urbanos. Existem, no entanto, outras parcelas dessas populações que não são contabilizadas por não saberem sobre “si mesmos” enquanto indígenas. Autoras(es) do assunto abordam temáticas nessa direção como Oliveira (1998), Luciano (BANIWA, 2006), Nascimento (QUIXELÔ, 2009), para citar algumas(uns).

Sou indígena da etnia Quixelô (CE/SP), povo da região do sertão centro-sul de onde hoje denominam “Ceará”. O nosso tronco linguístico é o Macro-Jê/Cariri, mas perdemos a nossa língua original entre os séculos XVIII e XIX pela proibição do nosso dialeto. Vivo em contextos urbanos em trânsito, nas regiões de Tupã/Marília, cidades sobrepostas ao território Kaingang; moro longe do nosso território de origem, leciono sociologia em uma escola pública não-indígena e fui (re) descobrir tardiamente minha etnia. Somos parte das muitas etnias indígenas brasileiras não reconhecidas desse território nas atualidades. É importante salientar esse contexto, pois muitos povos indígenas vivem contemporaneamente invisíveis em contextos urbanos, recebendo a educação monocultural pela perspectiva de Santos (2007), em escolas não-indígenas. Temos, dessa forma, também que compreender que são mais de 500 anos da(s) história(s) indígena(s) do/no(s) Brasil(is) que precisam ser refletidas, debatidas e contempladas nas escolas indígenas e não-indígenas; públicas e privadas, nesses e para além desses espaços.

Temos hoje indígenas contemporânea(o)s nos seus mais diversos contextos sociais, lugares, profissões e podemos citar algumas(uns): Eliane Potiguara (PB/RJ) (escritora/professora); Graça Graúna Potiguara (RN/PE) (escritora/professora); Edileusa Quixelô (CE) (psicóloga); Naine Terena (MS/MT) (jornalista/educadora); Giselda Jerá Guarani (SP) (educadora); Weena Tikuna (AM/SP) (cantora/artista plástica); Joênia Wapixana (advogada) (RR) Ademário Payayá (BA) (educador); Daniel Munduruku (PA/SP) (escritor), Olívio Jekupé Guarani (SP) (escritor), dentre muitas(os) outras(os).

A lei 11645/08 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e vem somar como mais uma legislação favorável às questões indígenas, mas ainda está longe de termos a sua aplicabilidade nas práticas cotidianas.

¹. Indígena do povo Quixelô (CE), vivendo em contexto urbano em (SP). Possui graduação em ciências sociais e bacharel em Antropologia. É docente da rede estadual de ensino em escolas não-indígenas e vem lutando para o reconhecimento de seu e outros povos indígenas que vivem em diversos contextos sejam rurais ou urbanos.

Fiz questão de colocar, no mapa, o Museu Índia Vanuíre enquanto referência da salvaguarda do patrimônio indígena da cidade para refletirmos sobre como povos indígenas urbanos estão bem próximos, vivendo em torno do próprio museu, mas são invisibilizados cotidianamente. Será que as pessoas que trabalham no museu sabem dessas presenças? Quais diversidades esses espaços contemplam?

Como podemos observar são indígenas das mais diversas regiões e etnias congregadas/os cotidianamente nesses macro-espacos (cidade Tupã) e micro-espacos (escola pública), fazendo-nos repensar também sobre as presenças indígenas urbanas.

Quero chamar atenção aqui para o contexto no qual pedi para as(os) alunas(os) fizessem essa pesquisa. Nas aulas de sociologia da 1º, 2º, 3º série do ensino médio surge a oportunidade de trabalhar essa temática de forma muito pontual nas situações de aprendizagem: Desigualdades étnicas, Diversidades Nacional e Regional e Movimentos Sociais. Também surge por curiosidade das(os) próprias(os) alunas(os) já que sou uma referência enquanto docente indígena em uma escola não-indígena e sempre escuto a famosa frase: “‘minha avó foi pega no laço’, a minha mãe conta isso”. “A minha avó foi pega a dente de cachorro”.

Diante disso faço a seguinte reflexão: “e você já procurou saber a cidade da onde elas(es) vieram/vem?”. Obtenho como resposta: “sim, minha mãe diz que é tal lugar” ou “não, mas posso perguntar”. Isso abre um leque de possibilidades, pois num lugar onde é completamente desfavorável saberem sobre suas origens, surgem oportunidades para estudantes se interessarem sobre suas raízes ancestrais indígenas. Daí vem à questão que coloquei no começo do artigo: quantas (os) alunas (os) indígenas estão em situação de invisibilidades inclusive para/sobre “si mesmas(os)” dentro das escolas públicas (ou particulares) nas diversas cidades brasileiras?

O fato de ter pedido para as(os) alunas(os) pesquisarem sobre suas origens significa que estão (re)descobrimo tardiamente sobre suas raízes, portanto, não estão sendo contabilizadas(os) nos censos demográficos e são cegas(os) sobre “si mesmas(os)” em relação as suas raízes indígenas. Como fica isso numa educação monocultural que pouco abre espaços para as educações e vivências indígenas em contextos urbanos?

Outra questão que gostaria de pontuar é que a lei 11645/08 contempla apenas as seguintes disciplinas: artes, literatura e história, deixando de lado outras que têm oportunidades de abordá-la como sociologia/filosofia. Essa questão é complexa, pois quando abordo dentro da sala de aula a temática indígena sempre surgem os comentários: “ah, só fala disso!” (tida como narrativa incômoda). Por isso a importância de se ter também cursos de especialização nessa área tendo em vista a formação continuada de professores/as. Além disso, é preciso acentuar as reflexões sobre quais espaços e como inserir no currículo essa temática de forma efetiva e constante, com profissionais especializadas/os já que para a história dita oficial existe o seu espaço dedicado o ano todo. Isso contribui para não esbarrar em outras disciplinas, dar maior atenção a essas temáticas, aprofundar nas complexidades as quais estão envolvidas e ser aplicadas realmente nas práticas atuais.

Considerações finais

É preciso escavar cotidianamente aqui e acolá assim como se faz na arqueologia sobre as presenças indígenas em seus mais diversos lugares e contextos sociais sejam: nas aldeias, nas áreas rurais, nas cidades, nos rios e mares - aonde quer que estejam. Assistimos a um recrudescimento das áreas anti-indígenas, mas as

legislações existem, mesmo com desconhecimento sobre elas seja por parte de algumas pessoas mais atentas nas questões dos povos tradicionais; seja pelos próprios povos indígenas reconhecidos ou não; seja por não-indígenas que pouco sabem sobre essas problemáticas. E tudo isso começa, como já sabemos, também na educação (ou educações para pluralizar sempre). Duas legislações específicas dão conta das tímidas descolonizações que se seguem em alguns espaços: a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais referente à Organização Internacional do Trabalho, 2011 e a Lei 11645/08 sobre a obrigatoriedade da temática Afro-brasileira e Indígena nas escolas.

A(s) educação(ões) é(são) o(s) primeiro(s) espaço(s) em que se tem contato com o que se levará para o resto da vida, por isso a importância de se abordar essas temáticas dentro das escolas das redes públicas e privadas. A partir dessas abordagens, descortinam-se outras problemáticas como: 1) as presenças indígenas nas cidades (sim, temos que falar sempre no plural quando abordamos as temáticas indígenas para darmos conta dessas diversidades e suas complexidades); 2) a questão de pessoas que vão saber tardiamente sobre os seus respectivos povos graças à educação monocultural já que nenhum outro contexto as favorecem para obterem curiosidade ou saberem um pouco mais sobre as suas origens e 3) a importância dessa abordagem em escolas não-indígenas (com muitas presenças indígenas) e os impactos dessas temáticas nas (re)descobertas sejam para indígenas e não-indígenas. Assim como pontuou Letícia da Fundação Araporã atuante da área de Arqueologia e Paleontologia: 'são trabalhos de formiguinhas!'. Mas que vão ganhando sempre fôlegos com nova(o)s integrantes e com mais pessoas conscientes em seus cotidianos sobre as importâncias de se incluírem essas temáticas, de serem debatidas sem descansos e com as atenções que merecem.

Essas são algumas contribuições que pude trazer para o debate. Sempre temos esperanças que mais pessoas indígenas e não-indígenas se somem à essas árduas tarefas; já que descolonizar são tarefas cotidianas, de todas/os nós e significa descolonizarmos todos os espaços sejam: nas educações, artes, museus, literaturas, políticas, ciências, religiões, nas relações multi/pan/intra/interétnicas, etc; e também em nós: nossas reflexões e subjetividades.

Pisa ligeiro, pisa ligeiro quem não pode com a(s) formiga(s) não assanha(m) o(s) formigueiro(s). Música de resistência dos Povos Indígenas

Referências

LUCIANO, Gersem. (Baniwa). O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas brasileiros hoje. Brasília: UNESCO, 2006.

NASCIMENTO, Edileusa. (Quixelô). Identidade e memória de habitantes de Fortaleza – CE originários da comunidade Tremembé de Almofala – CE: ramas de raízes indígenas em trânsito na cidade. São Paulo: PUC, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação territorial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. Rio de Janeiro – UFRJ, vol 4, n. 1, p.47-77. abr: 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>>. Acesso jan.2017.

POTIGUARA, Eliane (Potiguara). *Metade Cara, Metade Máscara*. São Paulo: Global, 2004.

QUIXELÔ, Marleide (Quixelô). Façamos das nossas (r)existências indígenas cotidianas atuais as muitas resistências indígenas ancestrais. In: *Memórias do Movimento Indígena do Nordeste*. Gabriela Saraiva, Sebastián (MELLO e GERLIC orgs). Indígenas na visão de indígenas. Bahia: ONG Thydewá, 2015. p. 26-27 Disponível em <<http://www.thydewa.org>>. Acesso jan.2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

Legislação Consultada

BRASIL. Lei Federal 11 645/08. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na rede pública e privada de ensino.

_____ Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011

_____ Ministério do Planejamento. IBGE. Censo Demográfico 2010 – Características gerais indígenas: resultado do universo. Rio de Janeiro, 2012

Disponível em <<http://www.ibgeindigena.gov>>.



Protagonismo no Ensino da Cultura Indígena na Sala de Aula

Irineu Nje'a Sebastião

Um Terena de São Paulo na Luta

Pertencço à etnia Terena SP, nasci na Terra indígena Araribá, na aldeia Kopenoti, localizada no município de Avaí, região de Bauru, São Paulo. Quando ainda muito novo, saí da aldeia para estudar e trabalhar na cidade de Bauru.

Mesmo morando na cidade nunca perdi o vínculo com meus parentes da aldeia, principalmente com meu pai, Cassiano, que ainda mora na Aldeia Kopenoti. Em 2003, cursando história, iniciei minha luta em defesa dos povos indígenas existentes no Brasil. No ano de 2014, em Bauru, fundamos a ARACI CULTURA INDÍGENA, que vem trabalhando sistematicamente para combater o preconceito latente contra os indígenas na sociedade brasileira.

Tornei-me um ativista nato e, como presidente da ARACI, estou realizando vários trabalhos culturais e Educacionais no Estado de São Paulo. Devido ao trabalho realizado, começamos a ter reconhecimento, tanto que, em 2016, a ARACI CULTURA INDÍGENA passou a ter um representante na Comissão Nacional da Educação Escolar Indígena – CNEEI/ MEC.

Nesses anos de luta sobre a questão indígena, através da pedagogia da resistência, nome dado aos trabalhos realizados nas escolas, busquei conhecimento e fiz pesquisas dentro da literatura indígena. Tornei-me também um novo escritor indígena em Bauru.

Publiquei os livros ilustrados d'O Mito de Origem Terena, Mito da Criação Guarani, Mito da Criação Kaingang. Tenho utilizado esses livros como material didático que trazem a história do mito dos povos indígenas que vivem na região de Bauru.

Tenho me aventurado também como artista plástico, em técnica no manuseio da cerâmica, cultura peculiar do povo Terena, e que também se configura como uma forma de resistência por meio do artesanato tanto dentro da aldeia como na cidade.

Estou procurando entrar e um novo universo, dedicar-me como palestrante, levando o conhecimento sobre a cultura indígena, desconstruindo a nomenclatura "índio", usada como referência aos povos indígenas no Brasil.

Procuro trabalhar por meio da "contação de histórias", levando para os alunos, nas escolas, a cultura indígena da região de Bauru. Também escrevi vários poemas e tenho representado a resistência indígena ao longo da história do Brasil, no Sarau do Viaduto, realizado na cidade de Bauru.

Os indígenas têm Passado, Futuro e História

Desde a chegada dos europeus, aqui, no Brasil, os indígenas têm a sua história contada nos moldes dos vencedores e embasada em pensamentos europeus. Segundo o artigo do professor Cavalcante (2011), que traz a citação de Manuela Carneiro da Cunha (1980), a qual relata que os indígenas foram vítimas da eliminação física e não sujeitos da história e que, até a década de 1970, diziam que o indígena não tinha passado e nem futuro e que seu fim estava próximo.

Diante dessa colocação “da não existência da história indígena”, que revela a falta de conhecimento ao longo século, hoje se tem uma lacuna do conhecimento sobre a história indígena e sua resistência e, quando se fala sobre a cultura dos indígenas existentes no Brasil, logo se pensa sobre o exotismo do “índio”.

Essa falta de conhecimentos da sociedade sobre a população indígena, que reverbera em preconceitos, bairrismos e conflitos, perdura ao longo dos tempos. A falta de sensibilidade de muitas pessoas não indígenas em relação à lacuna existente (falta de conhecimento) faz com a sociedade veja o direito indígena de uma forma deturpada e conseqüente anula os direitos dos povos indígenas.

Além do SPI e depois FUNAI, instituição governamental em defesa dos direitos indígena, vem se criando intuição da sociedade civil em defesa dos direitos desses povos, e procurando democratizar o conhecimento dos povos indígenas no Brasil para dar voz e visibilidade a eles.

Protagonismo

Nos tempos atuais se tem notado o anseio dos jovens indígenas em buscar seu espaço e conhecimento nos centros acadêmicos, junta a isso a vontade de cooperar e democratizar os conhecimentos adquiridos na universidades para com sua comunidade e também externar sua peculiaridade cultural a sociedade por meio do viés educacional, cultural, tornando-se protagonista e defensor de seus direitos e um todo.

O que eu tenho feito é cooperar com os escritos e com os pesquisadores. Reconheço a importância desses trabalhos para o conhecimento de muitos. Mas hoje o indígena também está buscando formas de cooperar com a construção desses conhecimentos, sobre sua própria história a sociedade.

Dentro da etnohistória não podemos deixar de ouvir e ler o que os parentes indígenas estão escrevendo; temos que ampliar essa valorização desta fonte importantíssima para os pesquisadores. Nos escritores indígenas, estamos desenvolvendo a etnociência em uma perspectivaêmica fundamental para a valorização das fontes indígenas para as universidades.

Podemos observar ainda de uma forma tímida, mas que está crescendo, os trabalhos de vários autores indígenas. Gosto de salientar que os escritores indígenas são uma corrente de pensadores surgindo, preocupados em trazer para sociedade assunto de suma importância quando se trata da questão indígena.

O desenvolvimento e o trabalho realizado por esse escritor mostra que o indígena é a memória viva, falando e escrevendo sobre nosso povo, temos exemplos, como Daniel Munduruku, Cristino Wapichana, Márcia Kambeba, Eliana Potiguara, etc.

Esse protagonismo enriquece as fontes literárias para uma pesquisa, trabalhos acadêmicos, científicos para trazer uma história escrita pelo próprio indígena.

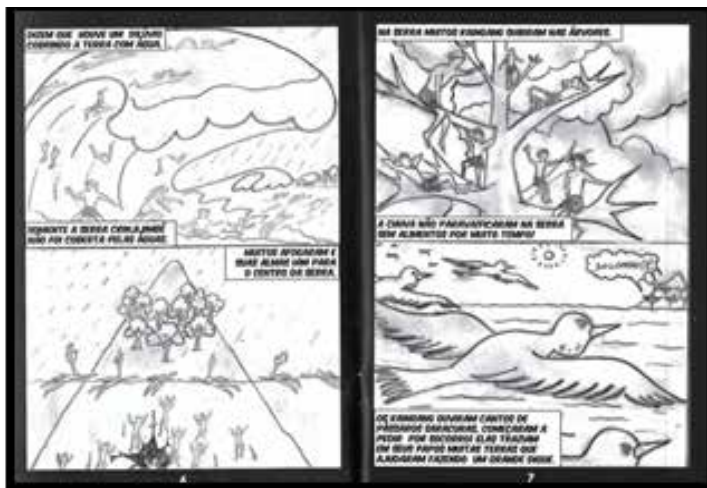
Material para trabalhar a questão indígena

Dentro dos objetivos da ARACI CULTURA INDÍGENA, está a difusão do conhecimento sobre cultura dos povos indígenas para sociedade, por meio do desenvolvimento de materiais didáticos e recursos para subsidiar o ensino da cultura indígena para os alunos e professores em sala de aula.

Como escritor e professor indígena, através da ARACI CULTURA INDÍGENA, tive um projeto contemplado pela Secretaria de Cultura de Bauru, com o qual pude produzir os livros sobre os mitos indígenas da região especificamente da Terra Indígena Araribá.



Livros utilizados nas palestras de contação de história, Mito de criação Kaingang, Mito de Criação Guarani e Mito da Origem Terena, matérias subsídio didático para professores utilizar em sala de aulas.



Todos os Livros são ilustrados para melhor compreensão dos leitores de todas as faixas etárias.

Com esse material tenho estimulado a reflexão de todos por onde passo, conseguindo desconstruir uma história que vê o indígena como ser exótico e sem futuro.

Pois depender somente da lei 11.645/08 não é suficiente para que os educadores possam trabalhar a questão indígena em sala de aula. Tenho levado e provocado a sensibilidade pela causa indígena, pois é um assunto de extrema urgência que precisa ser ensinada corretamente aos alunos.

Os objetos etnográficos tem sido um material de subsídio muito bom e importante para realização de várias atividades culturais indígenas, pois desperta na criança o desejo do tato e visão, assim começa o diálogo pelo estímulo da curiosidade, até mesmo com os adultos que se interessam em querer saber de qual povo pertence tal objeto.



Com desenho que ilustra os quinhentos anos da história do povo Terena SP da Terra Indígena Araribá.



Objeto etnográficos de varias etnias do Brasil utilizados em workshop, Palestras e exposições.

Em 2003, os primeiros materiais criados por mim, foram ampliados pelo desenhista Terena Douglas Sebastião. No mesmo ano, observei que, no curso de história, não tinham disciplinas que traziam informações sobre os indígenas da região de Bauru. Fiquei incomodado com isso fiz, em conversa com meu pai, Cassiano, e por pesquisa bibliográfica, comecei a escrever a história sobre meu povo Terena, também para que a universidade onde eu estudava pudesse conhecer nosso povo e nossa cultura peculiar.



Praça Kaingag fica localizada dentro do Museu Ferroviário da cidade de Bauru.

Praça Kaingang, localizada no Museu Ferroviário de Bauru, cenário espetacular para falar sobre os povos Kaingang povo que viveu ali e da sua resistência e luta pela sobrevivência com desenvolvimento da estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na cidade de Bauru.

Procuro sempre levar, em épocas de

atividades, os alunos e professores para visitar na sede da ARACI na Estação das Artes e contar a história da entidade.

Sarau do viaduto é um movimento de expressão poético que ocorre na cidade de Bauru. Nesse evento, escritores e poetas anônimos têm a oportunidade de expressar as ideias que são de todos os gêneros.

Como ativista indígena e pensando em alcançar esse público, escrevi trinta poemas e eu os tenho recitado nesse evento. Meus poemas falam de resistência indígena, da sua luta, de sua dor, enfim,

tudo o que ocorreu ao longo dos séculos contra os indígenas no Brasil.



Livro de Poemas recitados no Sarau do Viaduto.

Poema Cores do Brasil

*Brasil cosmopolita do mundo
Sua raiz indígena, negro e europeu.
Tentaram simbolizar na bandeira as cores do Brasil
Mas nas entre linhas faltam algumas cores
Mendes, verde, amarela, azul e branco?
Comte! Ordem e Progresso?
Esqueceram da cor da Morte?
Egoísmo! Expulsar das minhas Terras!
Ordem e Progresso? Quem sabe que isso?
Ensinos diferentes dos anciãos nas aldeias
Nossas atitudes! Diferente da escrita da bandeira do Brasil, onde muitos não
entendem
Somos originários e ancestrais, cultura de oralidade.
Ordem e Progresso! Bem diferente do nosso universo
Ordem e progresso pra nós Respeito à mãe natureza, respeito à vida etc
etc...*

*As cores da natureza que dizem
Azul céu, verde das matas.
Será que se esqueceram do preto e vermelho?
Preto! Sombra, sepulcro, luto.
Vermelho! Urucum! Sangue a tinta que pinta nossa alma
As estrelas que nos guiavam
A lua que clareava nosso caminho
Céu escureceu com a fumaça da pólvora
Enganaram-nos! Tomaram tudo que é nosso
Em quem confiar? Como se defender?
De pólvoras e canhões
Vejo-me no relento
Sem tento, sereno no rosto
Lágrima desce ninguém vê!
A mídia deixa todos cegos
Nossas armas?
Arcos! Flechas! Ornamentos que enfeitam paredes alheias
Bijuterias que prende e enfeitam o corpo sem sentido sem significado para o
branco
Maracá? Arma potente contra tristeza!
Alegre a alma com cantos que pulsa como um coração que palpita por
dias mais coloridos e alegres.
As cores do Brasil?
É cor púrpura de sangue
Tinta que corre pelo corpo
Que pinta os rios, céu e terra.
Em outros tempos essa Terra já foi mais colorida*

Irineu Nje'a

Curso história e Cultura Indígena

O Curso História e Cultura Indígena é um dos principais objetivos da ARACI CULTURA INDÍGENA para formação e capacitação do ensino da cultura indígena para professores.

Em parceria com Secretaria da Educação municipal de Bauru, tendo como coordenador Amarildo Pereira Gomes pela secretaria e eu, pela ARACI CULTURA INDÍGENA, juntos realizamos vários cursos para os educadores da Rede Municipal de Bauru.

Na fotosão professores que já finalizaram o curso em 2016, na aula de grafismo indígena. Com vários elogios dos próprios professores que participaram e participam, percebemos a importância do curso para eles, vimos que o curso é necessário e seria interessante, por isso, se fosse compartilhado com outras secretarias municipais de



Curso realizado em 2016 pelos professores da Rede Municipal de Ensino de Bauru SP.

outras cidades.

Esse curso tem a necessidade de ser subsidiado financeiramente pelo governo em todas as esferas seja ela federal, estadual ou municipal para profissionais da educação, para eles possam ser os novos difusores da cultura indígena em sala de aula.

A experiência veio com tempo, com o desenvolvimento do curso, para se ter uma ideia começamos do zero timidamente e fomos aperfeiçoando com o tempo, isso devido ao profissionalismo e conhecimento do Prof^o Amarildo, Professor e Antropólogo, Marcio Oliveira de Castro Coelho, e da professora, Prof.^a Dr.^a. Maria da Graça Mello Magnoni, Chicão Terena, assim o curso está sendo realizado no primeiro e no segundo semestre de cada ano.

Biblioteca Koixomoneti

A biblioteca Koixomoneti ainda é um projeto que está em andamento. Essa ideia surgiu diante da falta de livros e documentos que falam ou abordam assuntos relacionados à questão dos indígenas de outras regiões do Brasil.

Na língua Aruak a palavra Koixomoneti significa o homem que busca a sabedoria.



Biblioteca Koxomoneti.

A Biblioteca conta com aproximadamente 600 materiais em acervo, entre livros, revistas, CDs e VHS, que foram doados por várias entidades espalhados pelo Brasil.

Para arrecadação dos materiais, contamos com o apoio de uma campanha de livros. Muitos acharam uma iniciativa louvável pelo objetivo que a campanha tinha que era ser uma

biblioteca comunitária de livros somente de temática indígena.

Tenho consciência de que a internet pode ser o meio mais fácil de pesquisar e buscar informação sobre a cultura indígena, mas nós temos em nossa biblioteca livros e trabalhos de indígenas e povos indígenas que ainda não estão disponíveis no "Google".

A campanha não parou, daremos continuidade para conseguir mais livros, fazendo com que a Biblioteca Koixomoneti se torne um referencial na difusão da cultura indígena para sociedade. No curso, os professores têm utilizado a biblioteca para suas pesquisas. Temos, na Biblioteca Koixomoneti, materiais que trazem informações de aproximadamente de 30 etnias existente no Brasil.

Representação na CNEE e II CONEEI

A Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) é uma instância de controle social do Ministério da Educação (MEC), composta por representantes indígenas, representantes governamentais e de organizações da sociedade civil.

ARACI CULTURA INDÍGENA - com sua proposta apresentada ao MEC e aceita nesse órgão do governo e com apoio da IDMA - me elegeu como representante titular e meu suplente Moisés Machado, como representante no Estado de São Paulo.

Dentro dos principais objetos na CNEEI, está sendo a realização da 2ª Conferência da Educação Escolar Indígena com a finalização da última etapa agora em março de 2018, em Brasília DF.

A realização da 2ª CNEEI foi realizada em dezoito Regionais com o objetivo de avaliar os avanços, impasses e desafios, bem como consolidar uma proposta de política na educação escolar indígenas, para que ela seja diferenciada

de acordo com a cultura de cada etnia e ampliar a construção de regime de colaboração, fortalecendo o protagonismo indígena.



Foto tirada em 2015 dos representantes indígenas de vários estados, organizações da sociedade civil e governamental na reunião realizada em Brasil DF para realização da 2ª CNEEI.



Setembro de 2015: Abertura da 2ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.



Figura 11 Conferência Regional da Região Sul e Povos Do Sul.

Fui como um dos coordenadores da Região Sul e Povos do Sul, que foi realizada em Florianópolis/SC e contou com participação de cinco estados como SP, RJ, SC, PR, RS. Com propostas bem elaboradas e afinadas foram enviadas para serem discutidas na etapa Nacional agora em março de 2018.

De todas Regionais que eu participei, observei que as queixas dos parentes indígenas são iguais, mesmo sendo povos de diferentes etnias indígenas e estados.

Estamos lutando por uma educação indígena que realmente seja diferenciada, onde o próprio MEC com as SEDUC e SEMED de todos os Estados do Brasil, possam dialogar melhor com os indígenas, para desenvolvimento de um currículo diferenciado nas escolas indígenas e das suas respectivas culturas dentro das aldeias.

Além de levar o conhecimento sobre a questão indígena para as escolas, ARACI CULTURA INDÍGENA tem procurado também levar o conhecimento para sociedade, por meio de eventos realizados na Estação das Artes.

Atividades na Estação das Artes

Estação das Artes é um espaço destinado para entidades que desenvolvem a produção cultural na cidade de Bauru/SP. ARACI CULTURA INDÍGENA, que tem sua sede nesse local, aproveita o ambiente para realizar suas atividades culturais no decorrer do ano.

A entidade tem realizado atividades com datas fixas como a Semana Cultural Indígena que foi instituída no ano de 2017, por meio do projeto de lei, que a formalizou como a Semana Municipal da Cultura Indígena em Bauru.

No mês de agosto, comemora-se o dia internacional dos povos indígenas. Na cidade de São Paulo, existe o evento conhecido como Agosto Indígena e nós da ARACI CULTURA INDÍGENA trouxemos esse evento para Bauru, assim realizamos no mês de agosto na Estação das Artes, evento ainda pouco conhecido no interior.



Atividade Semana Cultural Indígena realizada no mês de abril em 2016 na Estação das Artes na cidade Bauru/SP.



Evento Agosto Indígena realizado em agosto 2015 na Estação das Artes na cidade de Bauru/SP.

Então estes dois eventos têm com data fixas e são realizados pela entidade. Nestes são realizadas palestras, exposições, contação de história, entre outras atividades de reflexão relacionadas à questão indígena na cidade de Bauru.

Todas as atividades realizadas pela ARACI CULTURA INDÍGENA foram com recursos próprios,

estamos lutando e dialogando com o prefeito de Bauru, para que ele possa nos apoiar nessa luta da difusão da cultura dos povos indígenas para sociedade bauruense.

Posso dizer que ARACI CULTURA INDÍGENA é uma entidade que tem como presidente um indígena Terena, que não só luta pelos Terena, mas por todos os indígenas existentes no Brasil. Digo que ARACI CULTURA INDÍGENA é uma gota d'água no oceano, mas é uma gota e que está fazendo a diferença.

Estamos trabalhando continuamente dentro do objetivo maior da entidade que é a difusão da cultura indígena, mas acima de tudo valorizar o conhecimento êmico e produzir a etnociência, fomentando o protagonismo indígena não somente do meu povo Terena, mas para que muitos outros indígenas tenham a oportunidade de contar a sua própria história dentro de sua perspectiva.

Relato de Prática: Artefatos, brincadeiras e brinquedos de herança cultural indígena

*Silmara de Fatima Cardoso*²

Sobre realização do projeto e período

O projeto "Artefatos, brincadeiras e brinquedos de herança cultural indígena" foi realizado de março a novembro de 2016, quando eu atuei como professora na EMEI Professor Jorge Adílson, pertencente à Diretoria Regional de Educação Butantã. Atualmente sou professora na Unidade Educacional EMEF CEU BUTANTÃ, São Paulo.

Justificativa do projeto

Muitas brincadeiras realizadas na infância vêm de uma influência de vários povos indígenas do Brasil. Por tal motivo é importante o resgate da herança cultural de brinquedos e brincadeiras desses primeiros habitantes do Brasil.

Levando em consideração a lei 11645/2008, que torna obrigatório, no currículo escolar, o ensino da história e das culturas dos diferentes povos indígenas brasileiros, foi desenvolvido o projeto "Artefatos, brincadeiras e brinquedos de herança cultural indígena" com o objetivo de contribuir com a discussão do ensino da história e da cultura indígena na escola.

Muitos brinquedos e brincadeiras da herança cultural indígena fizeram parte da nossa infância e alguns brinquedos são bastante conhecidos, como pião, perna de pau, peteca, bola de gude, coquita, dentre outros. Importante lembrar que o brincar é ensinado e aprendido e, neste processo, todas as pessoas envolvidas nas brincadeiras aprendem e ensinam.

Uma das contribuições do presente projeto foi conhecer algumas brincadeiras e brinquedos que herdamos da cultura indígena, proporcionando às crianças da EMEI Professor Jorge Adílson Cândia vivenciá-las de diferentes maneiras nos espaços da unidade educacional de forma lúdica e prazerosa.

Atividades realizadas durante o projeto

- Conhecimentos prévios de brinquedos e brincadeiras vivenciados pelos responsáveis das crianças da Unidade Educacional nas suas infâncias e que tipos de brincadeiras são vivenciados pelas crianças em suas comunidades. Para isso foi produzido um questionário a esse respeito e aplicado junto aos responsáveis.

- Leitura dos questionários para as crianças respondidos pelos seus responsáveis.

- Roda de conversa com as crianças. Conversei com as crianças sobre as suas brincadeiras preferidas. Expliquei que as nossas brincadeiras fazem parte de uma herança cultural; exemplifiquei, apresentando as brincadeiras de herança cultural indígena por meio de imagens. Após a mostra das imagens, chamei a atenção das crianças, destacando as semelhanças com as suas brincadeiras.

². Professora do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de São Paulo. Pertencente ao povo Guajajara, realiza projetos e oficinas sobre artefatos, contação de histórias, brincadeiras e brinquedos de herança cultural indígena.

- Exibição de vídeo “Brincadeiras de herança cultural indígena”. Assistir a esse vídeo permitiu que as crianças comparassem suas brincadeiras e brinquedos com as brincadeiras e brinquedos de herança cultural indígena. Explorei oralmente algumas questões em relação ao vídeo: Quem já conhecia, brincou com algumas dessas brincadeiras? Como as crianças brincam? Individualmente ou em grupo? Quais são as regras? É preciso confeccionar algum brinquedo para se brincar? Aonde poderemos realizar as brincadeiras?

- Fogueira e conversa sobre cultura indígena com as crianças da Unidade Educacional. A fogueira está presente na cultura de muitos povos indígenas, por tal razão realizamos essa atividade. Teve ainda milho assado e pipoca.

- “Agosto Indígena” – Vivências da herança cultural indígena por meio da oficina “Artefatos/elementos culturais dos povos indígenas”. O indígena Wagner Tserenho’o da etnia xavante e Silmara Cardoso, que residem na cidade de São Paulo, realizaram uma atividade e vivência com as crianças e funcionários da unidade educacional. E por final, realizamos uma atividade de pintura/grafismo indígena e o toré .

- Desenho para as crianças do povo guarani. As crianças da turma 6A produziram registros para as crianças do povo guarani.

- Visita das crianças da Turma 6A e 5B ao Centro de Educação e Cultura Indígena CECI Jaraguá.

- Registro (desenhos) de nossa visita ao Centro de Educação e Cultura Indígena.

- Visita à exposição “Adornos do Brasil Indígena”, realizada no SESC Pinheiros.

- Registro (desenhos) de nossa visita à exposição “Adornos do Brasil Indígena”.

- Construção de brinquedos de barro, bolinha de gude, bonequinhos/as, panelinhas.

- Contação de histórias. Cada dia eu contava a história de uma etnia indígena.

- Conversa e produção/reprodução de grafismos indígenas. Brincando com as cores e traços – o significado da pintura na cultura indígena.

- Artefatos indígenas: o chocalho e o pau de chuva. Conversa com as crianças sobre o uso cultural do chocalho e o pau de chuva na cultura indígena e em outras culturas. Produção do chocalho e do pau de chuva.

- Recorte e colagem de brinquedos e brincadeiras de ontem e hoje.

- Conversa sobre artefatos da cultura de vários povos indígenas. Pintura de desenhos de artefatos culturais indígenas.

- Atividades com música: ouvindo músicas indígenas de várias etnias.

- Produção de brinquedos de herança cultural indígena com materiais reutilizáveis.

- Realização de brincadeiras de alguns povos indígenas do Brasil: corrida do saci (HEINÉ KUPUTISÜ), queimada (DETOBDAÉS), arranca mandioca, peteca, figuras de barbante, boliche (TIDYMURE), dado (Rifa), bola de gude, bilboquê (Coquita), gavião e galinha (O’TA I INYU), melancia (WORATCHIA), curupira, taco, corrida do saco, cabo de guerra, pular corda, bolinha de gude, corrida, zarabatana e desenhar na terra.

Avaliação, resultados/ desdobramentos do projeto:

No presente projeto foi possível fazer um resgate histórico e valorizar artefatos, brincadeiras e brinquedos de herança cultural indígena. Identifiquei juntamente com as crianças como alguns brinquedos e brincadeiras de herança cultural indígena foram incorporados à cultura brasileira e quais dessas brincadeiras

eram vivenciadas pela comunidade, responsáveis e crianças da EMEI Professor Jorge Adílson Cândido.

As brincadeiras de herança culturais indígenas, vivenciadas pelas crianças, proporcionaram socialização e interação entre elas. Compreenderam que era preciso respeitar as regras de algumas brincadeiras aprendidas. E ainda por meio das brincadeiras, aprenderam a cooperação em grupo, concentração, coordenação motora e ritmo. Por fim, foram capazes de confeccionar brinquedos de herança cultural indígena como, por exemplo, a peteca, bolas de gude, a coquita e instrumentos musicais, como o chocalho e o pau de chuva, utilizando material natural ou reutilizável. A realização do projeto também permitiu às crianças compreenderem que os povos indígenas do Brasil são diversos como também são diversas e ricas suas histórias, línguas e tradição cultural. Foram capazes de compreender que muitos indígenas vivem na cidade, e, contudo, não perderam suas culturas e não deixaram de ser indígenas.

Algumas fotos das atividades realizadas no projeto ³

A) Atividade com grafismo – figuras abaixo:



3. Registros fotográficos realizados durante a execução do projeto e amplamente divulgados nas redes sociais como atividade educativa da escola, voltados para a temática indígena.



Produção de lendas e mitos indígenas.



Produção de petecas com os nomes e seu significado



Assistindo ao vídeo de brincadeiras de herança cultural indígena

B) Algumas brincadeiras de herança cultural indígena



Cama de gato



Arranca mandioca



Brincadeira com corda

C) Produção de maracás (chocalhos) e pau de chuva



D) Produção de desenhos para as crianças do povo Guarani



E) Visita ao Centro de Educação e Cultura Indígena – CECI Jaraguá



Crianças guarani e crianças não indígenas da EMEI Professor Jorge Adilson Candido brincando

F) Visita a exposição "Adornos do Brasil Indígena" no SESC Pinheiros



Conversando com as crianças sobre alguns artefatos dos povos indígenas



Agosto Indígena: oficina: Povos indígenas e seus artefatos culturais

Referências Bibliográficas

BRASIL, Orientações Curriculares: Educação Escolar Indígena. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá: KCM Editora, 2013.

DANTAS, Gabriela Cabral Da Silva. Brincadeiras e Brinquedos Culturais. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/cultura/brincadeiras-brinquedos-culturais.htm>>. Acesso em 19 fevereiro de 2016.

FERREIRA-SANTOS, Marcos. Mitohermenêuticas guaraní desde Ybymarãey. In: O Crepúsculo do Mito: mitohermenêutica & antropologia da educação em Euskal Herria e Ameríndia. São Paulo: FEUSP, Tese de Livre-Docência, 2003, pp. 136-154.

HITSÉ, Rafael. O meu mundo: Wahöimanadzé. Livro de leitura para jovens xavantes, 4ª edição experimental. Missão Salesiana de Mato Grosso. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, 2010.

JUNIOR, Cleber Menna Leão. Manual de Jogos e Brincadeiras: atividades recreativas para dentro e fora da escola. Ed. Wak. RJ, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis, 12ª ed., Vozes, 2004.

LEETRA INDÍGENA. V.3, nº 3. Edição Especial: Yasú Yapurugitá Yegatú, 2014. São Carlos: SP: Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens LEETRA. Periodicidade semestral.

MUNDURUKU, Daniel. O Banquete dos Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira. São Paulo: Editora Angra, 2000.

REIS, Maria Amelia de Souza (coordenação). Nhandereko ete'py gua: Nosso costume verdadeiro. Rio de Janeiro: Navona Editora, 2006.

RUSO, Kelly e PALADINO, Mariana. Reflexões sobre a lei 11.645/2008 e a inclusão da temática indígena na escola. Itabaiana: GEPIADDE, ano 08, volume 16, jul./dez. de 2014, pg. 32-60.

SESSÃO 2

ENTREVISTAS



Apresentação Cristiane Takuá

Sou **Cristine Takuá**. Meu nome significa ser protetora do takuapu sagrado, um instrumento que tocamos na casa de reza. Nasci nas montanhas da Serra do Itapetinga, perto do sul de Minas. Sou uma mistura de povos, descendo do Povo Tikmũ ãn, Maxacali, por parte de pai, mas fui adotada de coração pelos Guarani Mbya. Trago em minha alma desde criança um impulso de ver o equilíbrio entre os seres dessa Terra. Estudei Filosofia, mas também sou artesã e gosto muito de cuidar das plantinhas que curam. Há muitos anos me dedico a aprender sobre as plantas e gosto de fazer meus próprios remédios.

Gosto de ir na cachoeira, lugar onde encontro os seres sagrados da floresta e me sinto em paz. O povo maxacali e guarani mbya são dois povos do canto e da reza. Sendo assim, sigo praticando os ensinamentos dos grandes sábios, pajés e sábias, transmitindo as boas e belas palavras sagradas e, assim, semear os lugares por onde passo, despertando as pessoas para o Respeito à Mãe Terra.



Xee ma **Cristine Takuá**, xerery ma takuapu marae y , takuapu ma jeporu opyre . Xee xetui i ajau i yvytyre Itapetinga py Minas reguare, xee ma jea kue i , Tikmũ ãn Maxacali xerugui , vaeri xee xejopy

guarani mbya vetararami vy . Ha e vyma xee araa xerupive nhe e ba e iarami xekyĩ guive aikuua pota marupipa omyĩ manguive ko yvyrupare ikuai vaere javi. Xeema nhemboema Filosofia py, vaeri xee ajapo kuaa opaba e rei i , xee ma anhangareko xevai moã ka aguyre .

Mbovy mae ty repa anhembo e aikovy aikuave aguã moã ka aguy. Xe ema aiko xevai ytupy, xe vype ma ha e vae aikuua ramo ajou ha e vae iporã mba eta ha e py oĩ imarae y vae. Xerentarã kuery ma Maxacali ha e Guarani Mbya ma opora i vae opyre .

Ha e vyma xee aikuua ivyma araa kova e nhaneramoĩ kuery ijayvu a ha evyma xee aroayvu ayvu porã ha e vyma xe ambojaety exakã xakã ãvae ajopou arupi ayvu porã omboete aguã ko nhande vvy rupa.



O ensino de histórias e culturas indígenas pelo olhar da educadora *Cristiane Takuá*³

Moitará: Em primeiro lugar, nós agradecemos imensamente a sua disponibilidade e seu pronto atendimento ao nosso convite para ser a entrevistada especial do presente número da Revista Moitará, cuja edição faz uma reflexão sobre os desafios e obstáculos da implantação do ensino de histórias e culturas indígenas na rede básica de ensino, como determina a Lei 11.645/08.

Você é uma educadora que tem se destacado na luta pela melhoria da qualidade da educação escolar indígena, mas antes de entrarmos nas questões da escola indígena, propriamente dita, gostaríamos que você caracterizasse, em termos gerais, a educação indígena.

R.: Em termos gerais a Educação Escolar Indígena representa, hoje, uma conquista, pois ela pode ser pensada, elaborada e gerenciada pelo povo indígena de acordo com seus anseios, expectativas e modos de organização política e social, voltada para seu futuro. Sendo um projeto coletivo, essa escola indígena específica e diferenciada deve praticar o efetivo exercício da cidadania e da autonomia. A Educação Escolar Indígena está para além dos conhecimentos escolares e acadêmicos, ela tem sua base fundamentada em transmitir saberes éticos, de comportamento e de cuidados com a família, as crianças e velhos.

Moitará: No decorrer da história do Brasil, a escola para os povos originários se constituiu como um instrumento de dominação e uma afronta aos seus modelos tradicionais de educação. Como se deu essa resignificação da escola para os indígenas e como ela se insere no contexto da valorização de suas culturas?

R.: No Brasil do século XVI até a metade do século XX, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização e integração dos povos à sociedade nacional. Durante todo esse período, as políticas do Estado estiveram pautadas por uma perspectiva assimilacionista, considerando que os indígenas estavam fadados ao desaparecimento na medida em que se inserissem e se conformassem aos modelos da sociedade envolvente. As ações voltadas à educação dos povos indígenas, em sua maioria, eram atreladas a missões religiosas e constituíam parte importante desse processo de integração à sociedade nacional. A Constituição Federal de 1988 redefiniu os direitos indígenas e marcou uma grande mudança na forma de o Estado conceber e se relacionar com os povos. Ao reconhecer nossa organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, ele estabelece o caráter pluriétnico do Estado brasileiro, passando a reconhecer nossos direitos à diferença e o direito à manutenção de especificidades culturais, históricas e linguísticas. As políticas públicas educacionais pós 1988 passaram a se orientar pela concepção de uma educação diferenciada, atenta às especificidades dos diversos povos indígenas no Brasil. A legislação também colocou os indígenas e suas comunidades como os principais protagonistas da escola indígena, resguardando o direito de terem

seus próprios membros indicados para a função de professores e a partir de programas específicos de formação. Com a criação das escolas, foram também criados os cargos e funções que até hoje incidem diretamente no cotidiano das comunidades. Os atuais desafios da educação escolar indígena certamente passam pela capacidade de construção de um diálogo informado e de qualidade entre os gestores públicos e os professores, alunos, pais e lideranças indígenas, pelo estabelecimento de mecanismos de cooperação e colaboração com universidades e outras instituições que possam agregar qualidade técnica aos trabalhos e, principalmente, pela crescente conquista da autonomia das próprias comunidades para pensarem e decidirem o que querem para seu futuro.

Moitará: A educação sempre se colocou na sua trajetória de vida como projeto de atuação profissional? Como foi sua formação e como se tornou professora?

R.: A Educação sempre esteve presente em minhas reflexões, pois durante a minha infância, quando estudava, me questionava porque estudávamos tantas coisas na escola que não me pareciam muito úteis para nossas vidas, assim cresci observando e refletindo, até que decidi estudar Filosofia. Não foi muito fácil, pois o machismo era grande e também a dificuldade em viver numa cidade longe da família, mas resisti, pois tinha o objetivo de dentro da universidade trazer reflexões acerca da filosofia indígena e, em 2006, me formei na UNESP de Marília. Nesse período, já participava de várias reuniões de política indígena. Ao concluir o curso, comecei a cuidar da minha vida pessoal, formei família e nem pensava nessa época em ser professora, tinha mais a ideia de continuar pesquisando e 'fortalecer' o pensamento e reconhecimento de uma filosofia indígena em nosso país. Até em 2009, quando abriu ensino médio na escola da minha comunidade, fui convidada a dar aula. Desde então, sigo na luta pela melhoria da educação escolar indígena no estado de São Paulo.

Moitará: Você é docente na Escola Estadual Indígena Txeru Ba'e Kua-i da Terra Indígena Rio Silveira, em Bertioga. Como é o seu trabalho?

R.: Sou professora na escola de minha comunidade, dou aulas de filosofia, sociologia, história e geografia para o ensino Médio e EJA. Meu trabalho se centra em incentivar meus alunos a desenvolver um senso crítico com relação à nossa realidade. Fazendo com que eles percebam que a Escola pode ser uma ferramenta de luta poderosíssima, além de ajudar na luta pode também fortalecer a comunidade. Se na cidade muitos têm a ideia de uma escola que torna você alguém na vida, para nós, professores indígenas, a escola, formam guerreiros, que podem se tornar doutores, mas doutores guerreiros que depois podem ajudar a transformar e fortalecer a aldeia. Também atuo na parte política da Educação como representante do NEI, Núcleo de Educação Indígena. Dentro da Secretaria da Educação, tenho me dedicado há anos, reivindicando melhorias para a educação.

Moitará: De que forma é realizada a discussão do Projeto Político Pedagógico (PPP) e como se dá a participação da comunidade nos assuntos da escola?

R.: O primeiro passo para transformar a escola da minha comunidade está sendo a construção de um consenso entre todos sobre o modelo de escola ser adotado. De um modo geral, é necessário que todos reflitam e respondam a pergunta: que escola queremos? A articulação da comunidade em torno dessas

questões, que culminam na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico), ainda está em processo e, para isso, no ano de 2017, fizemos um diagnóstico para pesquisar como está a visão dos alunos, professores, pais, lideranças e gestores acerca da qualidade da escola. Surge daí a necessidade urgente de concluirmos nosso currículo próprio e nosso PPP, que é, no nosso entendimento, um documento que reúne o conjunto de aspirações que a escola se propõe, bem como os meios para concretizá-las, constituindo um parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos. Como a nossa comunidade tem duas escolas, a municipal e a estadual, pensamos que o PPP tem que englobar as duas escolas. É importante que seja com a participação dos vários grupos e setores da comunidade, para que seja legítimo e represente bem os interesses de todos. A elaboração desse documento pode trazer a atenção da aldeia em torno das questões educacionais, permitindo o debate, a troca de informações e a consolidação de um modelo educacional comum que oriente as escolas da comunidade. Adentrar o tema da pedagogia e refletir sobre a questão: o que é uma escola boa? É um passo essencial para que seja possível entender os diferentes modelos de escola possíveis e, então, definir diretrizes. Ao definir e esclarecer as diretrizes de ação da escola com todos, o PPP pode ainda contribuir para amenizar desentendimentos entre pais, gestores e professores, e possibilitar uma maior convergência na concepção e atuação de todos envolvidos na educação escolar indígena.

Moitará: A partir dessa experiência educativa, como avalia a importância da língua materna, de mantê-la viva para a história e a cultura de seu povo?

R: O que possibilitou manter vivo e fortalecido muitos povos indígenas ao longo de séculos de violências e imposições foi a língua materna e a espiritualidade. Portanto, as escolas indígenas quando se consolidaram, passaram a ter como princípio ser bilíngues e diferenciadas. Sendo assim, o ensino da língua materna dentro do currículo escolar é de demasiada importância para fortalecer e, agora, registrar os saberes para o futuro. Mas além da experiência educativa escolar, a língua materna está presente no dia a dia das crianças e de toda comunidade e, por meio dos cantos e das rezas, ela se fortalece a cada novo amanhecer.

Moitará: Qual é a sua visão sobre a importância da escrita indígena como ferramenta para o resgate ou preservação das culturas e das identidades indígenas?

R: Penso que a escrita nas línguas indígenas, hoje, tem uma grande relevância na medida em que pensamos na necessidade de fortalecer a memória dos saberes. Quando estudava filosofia, todos os saberes apresentados pelos professores eram saberes europeus, como se aqui na América, na África, na Ásia, não houvessem saberes, lógicas, epistemologias, estéticas, éticas, artes, políticas, linguagens e isso mexeu profundamente comigo. E fui chegando ao entendimento que, numa visão muito reducionista e preconceituosa, negaram e negam até hoje, a existência de saberes complexos no mundo indígena por simplesmente ignorarem nossos códigos, que não são oriundos do latim, mas de uma rica e diversas fontes de linguagens que foram de geração a geração transmitidas oralmente e não registradas nas “peles de imagem”, tal qual se refere ao papel o filósofo Davi Kopenawa, quando deixou seus desenhos de palavras escritos para que todos pudessem ouvir e dar respeito a voz dos habitantes das florestas. A escrita se faz hoje necessária para que todos que alcançarem o entendimento

e se sentirem despertados possam chegar ao conhecimento dos saberes indígenas, mas principalmente para que os jovens e crianças indígenas possam guardar sua memória e identidade. Muitos povos perderam sua língua, devido à violenta colonização e também durante a ditadura militar, que calou centenas de línguas num etnocídio sem medidas. Sendo assim, caminhamos atualmente registrando, escrevendo, procurando guardar nossos saberes para que um dia os não indígenas entendam que os povos indígenas são detentores de um vasto saber, adquirido na floresta a qual possui o conhecimento da ciência das ciências, dos mistérios.

Moitará: Contudo, essa questão da escrita na forma alfabética tem causado uma certa polêmica, pois alguns estudiosos – indígenas e não indígenas – a veem como uma ameaça à tradição oral dos diferentes povos. O que você pensa sobre isso?

R.: Como já disse, hoje se faz necessário o registro. Isso não quer dizer que devemos deixar de lado a prática da oralidade. Ela segue fortemente presente nas casas de reza. Na verdade, a verdadeira escola, onde os verdadeiros saberes são transmitidos, é a casa de reza, onde os pajés, os rezadores e rezadoras transmitem as boas e belas palavras todos os dias. Na escola, seguimos em paralelo, registrando algumas coisas que julgamos relevante e permitido. Mas, de um modo geral, acredito que uma coisa não implica na outra, não é o fato de escrever que estaremos afetando a tradição oral. Penso que a televisão pode causar isso de forma muito mais danosa do que a escrita na forma alfabética.

Moitará: Essa questão da escrita e da autoria indígena leva-nos a outras duas questões importantes e que se inter-relacionam: a escola e o ensino de histórias e culturas indígenas. Qual é a sua opinião sobre a educação escolar indígena e as possibilidades de construção de conhecimentos históricos nas comunidades?

R.: Acredito que a escola pode contribuir para articular e construir formas de transmissão dos conhecimentos e saberes e isto já está acontecendo com uma Ação do MEC chamada “Saberes Indígenas na Escola”, que visa a formação e produção de matéria didática bilíngue para que possamos ampliar e garantir o fortalecimento dos conhecimentos com o passar do tempo.

Moitará: Do seu ponto de vista, é possível harmonizar o modelo escolar convencional com os saberes tradicionais Guarani-Mbyá?

R.: Penso que o modelo de escola convencional que existe em muitas cidades já está falido, não faz mais sentido para a vida das crianças e jovens. Devido a isso, muitas já são as iniciativas de escolas diferenciadas, em muitos estados. Sendo assim, acredito que sim, que os saberes tradicionais guarani mbya e de outros povos indígenas podem harmonizar esse modelo ultrapassado. Pensando numa escola mais útil, mais verdadeira que respeite o dom e os saberes de cada um, que fale e vivencie mais a natureza em suas múltiplas formas. Uma escola que eduque de dentro para fora e que não só coloque um monte de conceitos dentro das crianças e jovens, mas que as permitam sonhar e que esses sonhos as conduzam a um bom caminho e as possibilite vivenciar a boa e bela forma de ser e estar nesse mundo.

Moitará: Qual é a sua opinião sobre a Lei 11.645/08, especialmente no que se

refere à obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas indígenas na educação básica?

R: A Lei 11.645, que faz 10 anos em 2018, vem como uma possibilidade de acabar com o preconceito que jaz na mente dos brasileiros acerca dos povos indígenas. Muitos são os livros que ainda apresentam uma visão romântica e estereotipada dos povos milenares. Já passou da hora das universidades, as escolas, pesquisarem e conhecerem a verdadeira história de nosso país. Só que para isso precisam ir à fonte que são os mais de 200 povos que existem hoje, com suas línguas, seus costumes, crenças e tradições distintas. Mas será difícil dessa lei ser verdadeiramente implementada se não houver subsídios para isso, materiais didáticos e os próprios professores indígenas capacitando e orientando os professores não indígenas das diversas áreas do saber, para que estes possam multiplicar esses conhecimentos de forma coerente.

Moitará: A partir das suas experiências com palestras, oficinas e cursos voltados para a temática indígena, quais são os principais problemas que você observa nas escolas não indígenas no que se diz respeito ao ensino de histórias e culturas indígenas, especialmente no que se refere aos conteúdos, aos livros didáticos e às práticas pedagógicas dos docentes?

R: Como já citei um pouco acima, faltam subsídios, falta conhecimento e capacitação dos professores não indígenas para que possam ensinar a temática indígena. Como vão dizer sobre algo que desconhecem? Muitas escolas não indígenas só lembram de falar disso em abril, mas a cultura dos povos indígenas é tão ampla e complexa que precisaria estar presente no currículo do ano todo e não só em abril, no mês de comemoração (19 de abril). É possível inserir conteúdos nas aulas de artes, história, geografia, filosofia, sociologia, matemática, educação física, ciências e línguas. Porque o currículo nacional obriga o ensino de inglês, às vezes espanhol, sendo que temos mais de 200 línguas indígenas faladas no nosso país e os brasileiros desconhecem totalmente? É urgente e necessário que os professores das redes estaduais, municipais e particulares revejam alguns conceitos e muitas práticas pedagógicas para que possam abrir os olhos para as verdadeiras culturas que habitam nesse nosso Brasil.

Moitará: O ensino de histórias e culturas indígenas também tem a ver com as questões atuais, pois um dos focos fundamentais da temática indígena na escola é não tratar os povos originários como sujeitos do passado, congelados no século XVI, não é verdade?

Você é uma jovem que tem se destacado como uma das principais lideranças, em nível nacional, nas lutas dos povos indígenas pelos seus direitos e, nesse sentido, quais são as principais reivindicações? Quais são as questões da atualidade?

R: Realmente o ensino da história e culturas indígenas se relaciona com as questões da atualidade e a escola tem o comprometimento de trazer noções de princípios éticos de respeito e tolerância ao outro, ao diferente. Eu me considero jovem ainda, com 37 anos, mas não me vejo como uma das principais lideranças nas lutas pelos direitos dos povos indígenas. Sou uma militante, sim, há quase 20 anos dedico minha vida a lutar pelo que é justo. Pelo nosso direito de Existir e de Sonhar. Nossa principal Luta, hoje, é pela Terra. Sem Terra não há vida. Não dá para pensar em educação, saúde se não tivermos Terra. A base de tudo está na floresta, na Água e em todos os seres que convivemos nessa grande Teia da

Vida. Mas no princípio de tudo quando senti dentro de minha alma o impulso de ser militante, foi pensando nos outros seres que não possuem voz como nós, humanos, as pacas, cotias, lontras, formigas, abelhas, bromélias, orquídeas, samaúmas e tantos outros seres que estão cansados e zangados de tanta insensatez nos nossos passos. É por eles que grito e que vi na educação uma possibilidade de transformar, de restaurar nossas relações e atitudes para orientar e conscientizar a respeitar o Outro.

Moitará: E quanto ao estado de São Paulo, como está a realidade dos povos indígenas? Quais são as principais lutas e conquistas?

R.: Bom, começo dizendo que São Paulo é um estado difícil! Estamos no maior centro econômico do país, mas falta políticas públicas de qualidade para os povos indígenas. No que tange à Educação, estamos há anos lutando para que se tenha formação inicial e continuada para os mais de 200 professores indígenas da rede estadual. Também reivindicamos a criação da carreira do professor indígena, que já existe em muitos outros estados, Roraima, Santa Catarina e Acre, por exemplo. Devido a isso os professores indígenas criaram, em 2015, o FAPISP (Fórum de articulação dos professores indígenas do estado de São Paulo), do qual sou representante com o objetivo de lutar por nossos direitos. Muitos são os desafios, mas seguimos resistindo e dialogando para que, no futuro, possamos alcançar nossos sonhos. Há muita luta também na área da saúde, mas a principal é o reconhecimento das terras tradicionais. Há muita especulação imobiliária na região litorânea, o que dificulta muitas vezes as demarcações dos territórios indígenas. Recentemente também com o comunicado de privatização dos parques estaduais pelo usurpador governador Alckmin, colocaram-se em risco muitas áreas indígenas que estão sobrepostas aos parques. Muitos Seres Humanos enxergam, na Terra, lucro, e os Povos indígenas, Vida. Vivemos em um dos biomas mais ameaçados de extinção do planeta, a Mata Atlântica, e nós, povos indígenas - que aqui vivemos e convivemos com esses outros seres que aqui habitam - estamos lutando e rezando todos os dias e todas as manhãs para que possamos fortalecer nosso território. Em 2016 fui eleita, na Assembleia Geral da Comissão Yvy Rupa, coordenadora pelo estado de São Paulo. Essa Comissão atua em todos os estados onde vivem o povo Guarani Mbya, SP, RJ, ES, PR, SC, RS. E, desde então, venho acompanhando mais de perto a luta pela Terra.

Moitará: Sua atuação e seus escritos também versam sobre as questões ambientais, mais especificamente sobre a agroecologia. Quais são suas principais preocupações nesse sentido?

R.: Recentemente escrevi alguns textos sobre Permacultura e agroecologia, pois minha preocupação está centrada, como disse anteriormente, no respeito à Mãe Terra, mas também para com a segurança alimentar de minha comunidade. E vejo na agroecologia uma forma de conseguirmos fortalecer e recuperar muitas práticas de plantio e alimentação. Mas, para isso, como disse em um texto que escrevi, 'A Agroecologia e as perspectivas Indígenas: Uma alternativa em busca da soberania alimentar', temos um desafio pela frente: conseguir tornar a agroecologia uma estratégia de sustentabilidade para os povos indígenas! E, para isso, temos que fazer propostas de políticas públicas que possibilitem o empoderamento e autonomia para os diversos povos serem os próprios sujeitos capazes de realizarem a utopia da agricultura sustentável, utilizando os métodos

e estratégias da ciência da agroecologia, que nada mais é do que a combinação do conhecimento indígena e científico, tornando a agricultura mais harmoniosa com o meio ambiente e possibilitando um retorno ao equilíbrio com a grande Teia e com os princípios básicos do Bem Viver que permeiam a vida de todos os Povos da Floresta.

Moitará: Gostaríamos comentasse sobre o caso relacionado aos sérios problemas de saúde da sua sogra Txai Doralice, que foi relatado em artigo no qual você figura como coautora (ao lado de Luciane Ouriques Ferreira e Carlos Papá). Uma situação bastante delicada e que envolveu cuidados, conforme a sabedoria de cura milenar dos Guarani-Mbya, ao lado das falhas nos serviços convencionais de saúde. Toda a narrativa do caso, bastante densa e dolorida, nos emociona e nos faz refletir sobre os saberes tradicionais indígenas, o respeito aos anciãos, a necessidade de diálogo intercultural e da efetiva promoção da atenção diferenciada à saúde indígena.

R.: Então vivemos um delicado momento de ataques e violências aos líderes espirituais e às religiões indígenas. A saúde indígena SESAI é coordenada por uma missão evangélica, que camufladamente acaba inserindo e incentivando os povos indígenas a trocarem as medicinas da floresta por antibióticos e aspirinas; incentiva as mulheres a fazerem partos nos hospitais e muitos estão deixando os saberes tradicionais da medicina dos curandeiros e curandeiras para procurar os médicos. Há uma situação muito difícil quando falamos na atenção diferenciada à saúde indígena, pois muitos gestores da saúde não alcançam o entendimento de que existem uma série de fatores desde a alimentação até os cuidados, principalmente, com os idosos e crianças quando vão aos hospitais. E soufrí esse problema quando acompanhei minha falecida sogra durante alguns anos nos tratamentos médicos. Já começa da dificuldade dos não indígenas que trabalham na área da saúde entenderem a doença espiritual, que, muitas vezes, atinge o corpo físico e necessita de um acompanhamento duplo, do pajé e do médico, mas nos hospitais não somos autorizados entrar com alimentos tradicionais e muitos menos praticar nossos rezas e práticas de cura, no caso do paciente estar internado. Tudo isso é um longo desafio que estamos lutando para ampliar os diálogos e, no futuro, conseguirmos dar um atendimento de maior qualidade e que, principalmente, respeite os saberes de cada povo.

Moitará: O texto de vocês nos traz também um alerta e uma denúncia sobre a formação de profissionais da área de saúde. Isso nos remete à questão de que a temática indígena não deve constar apenas dos cursos de licenciaturas, mas também das demais áreas de formação profissional, você concorda?

R.: Com certeza, esse é um ponto importante. Muito se fala da temática indígena na escola, mas está para além dela. As universidades têm que formar profissionais de diversas áreas, direito, medicina, agronomia, história, e muitas áreas que sejam capazes de entender que os saberes indígenas existem e precisam ser respeitados em toda sua complexidade. Não basta uma lei que ensine na escola a história e cultura de um povo. É necessário enxergar e sentir que são muitos povos que vivem hoje e que precisam de atenção e respeito. Só assim, viveremos uma verdadeira Democracia. Temos sistemas próprios de política e organização, de cura e educação. E mesmo havendo leis, a própria Constituição Federal, garantindo a prática e uso de nossos costumes, ainda temos muitos desafios pela

frente. Existe o racismo e preconceitos escancaradamente explícitos nas mídias e na sociedade em geral. Temos que lutar contra isso para que no futuro possamos viver mais tranquilamente. Praticar o que em guarani se fala 'Teko Porã', o Bem Viver, ou melhor dizendo, a boa e bela maneira de Ser e Estar no mundo!

Moitará: Agradecemos mais uma vez sua participação nesta nossa edição da Revista Moitará, o que muito nos honra, e deixamos este espaço para suas considerações finais ou para colocar alguma questão que considera importante e que não mencionamos nesta entrevista.

R: Eu também agradeço imensamente a oportunidade de estar semeando alguns pensamentos aqui para que os leitores possam refletir e procurar agir de modo a entender como são complexos os saberes indígenas. Temos muitos desafios pela frente, nós brasileiros. Temos que criar nossa verdadeira democracia, que está dilacerada pela ganância e corrupção. É necessário um retorno da humanidade à natureza, colocando todos os seres vivos em um mesmo patamar, em que todos estão ligados, se relacionam, interagem entre si numa imensa Teia. Pois, ao longo da história, o que a ciência fez foi fragmentar, dividir, separar tudo, baseada no desenvolvimento das capacidades, no padrão da racionalidade, resultando, atualmente, no afastamento dos seres humanos em relação à natureza. Que razão é essa que a tudo transforma, modifica? O que pretendemos com essa demasiada razão? Precisamos fortalecer uma forma de educar que faz brotar os sonhos, que lança sementes de esperança, fazendo cada um mergulhar dentro de si mesmo, pois o verdadeiro ensinamento vem de dentro para fora, eis aí a delicadeza e profundidade da filosofia indígena. A sabedoria dos nossos antepassados nos mostrou e nos mostra como é possível ser sustentável e viver em harmonia com os outros seres ao nosso redor. Basta abrir os olhos para os sonhos, praticá-los e enxergar a realidade que habita para além das aparências.

Aguyjevete !!!

Submissões

Diretrizes para Autores

A **Moitará** – Revista Eletrônica da Fundação Araporã destina-se à publicação de estudos e trabalhos inéditos oriundos das áreas de Antropologia, Arqueologia, Educação, História e Linguística, resultantes de pesquisas e práticas educativas que apresentem consistente abordagem teórico-metodológica relacionada à pesquisa teórica ou empírica, ensino e/ou extensão, contemplando resultados relevantes.

Trata-se uma publicação anual da Fundação Araporã e em cada edição será contemplada, exclusivamente, os eixos temáticos que se apoiam no diálogo interdisciplinar e intercultural relacionados às questões voltadas aos povos indígenas – cultura, diversidade, cosmologia, territorialidades, educação, direitos, memória, identidade -, ao patrimônio cultural, arqueológico e ambiental.

A Revista também recebe contribuições em forma de resenhas de livros lançados no período de até dois anos para publicações nacionais, e de até três anos para as internacionais, tendo por base a chamada da edição, além de entrevistas com pesquisadores, educadores e lideranças indígenas que possuam trabalhos relevantes nas temáticas propostas.

A pertinência da publicação será avaliada pelo Conselho Editorial e pareceristas ad hoc, considerando a adequação ao perfil da Revista e/ou da edição temática, o conteúdo e a qualidade das contribuições.

O trabalho deve ser enviado em formato doc, docx ou rtf e caso haja imagens, solicita-se que elas sejam inseridas no próprio texto, devidamente legendadas e creditadas segundo as normas da ABNT. É necessário que o autor que fizer uso de imagens em seu texto possua prévia autorização para a sua reprodução.

Todos os textos publicados implicam na autorização do autor e de que sua produção seja regida pela licença de distribuição Creative Commons CC BY-NC-ND 3.0 BR (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>).

O artigo deverá apresentar as especificações de formatação indicadas a seguir:

1. De 12 a 20 páginas. As notas indicativas deverão ser de fim da página. As referências deverão vir no fim do texto;
2. Papel tamanho A4;
3. Programa Word for Windows (versão 2003 – modo de compatibilidade);
4. Fonte Arial; tamanho 12; espaçamento 1,5; margens: superior e inferior 2,5; esquerda e direita 3,0; alinhamento justificado;
5. Título em maiúsculo, centralizado e em negrito;
6. Nome do(s) autor(es) alinhado à direita depois de uma linha de espaço do título;
7. Vinculação institucional, logo abaixo do(s) nomes(s) do(s) autor(es), também alinhado à direita;
8. Endereço eletrônico logo abaixo da vinculação institucional;
9. Depois de uma linha de espaço, o resumo do trabalho:

- a) O resumo deve conter até 15 (quinze) linhas;
- b) Fonte Arial; tamanho 12, espaçamento simples;
- c) Parágrafo único; sem bibliografia; sem notas; em margem; sem figuras (apenas texto);
- d) Depois de uma linha de espaço, deve-se acrescentar três palavras-chave.
10. Abstract: com máximo de 15 (quinze) linhas; em margem; fonte Arial, tamanho 12; espaçamento simples; sem margem. Depois de uma linha de espaço: keywords.
11. Depois de duas linhas de espaço, o texto completo do trabalho;
12. As citações de até três linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte do texto normal. As referências devem indicar entre parênteses nome do autor em letras maiúsculas, ano de publicação e páginas;
13. As citações a partir de quatro linhas devem ser em Arial 11, com recuo esquerdo de 4 cm, espaçamento simples.

As referências devem constar no corpo do texto, entre parênteses;

14. O uso de notas de rodapé deve ter apenas o caráter explicativo/complementar. Devem ser numeradas em algarismos arábicos sequenciais (Ex. 1, 2, 3 etc.) na fonte Arial 10 e espaçamento simples;

15. Depois de duas linhas de espaço, ao final do texto, as referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com as normas da ABNT, dispostas em ordem alfabética por autor;

16. Os textos poderão apresentar imagens, ilustrações e/ou gráficos desde que apresentem as fontes e informações exigidas pela legislação em vigor no país;

17. As páginas não devem ser numeradas;

18. Os textos deverão ser elaborados em português. Caso apresente problemas textuais ou gramaticais, apontados pelos pareceristas, o mesmo será devolvido para as devidas correções sob a responsabilidade do(s) autor(es), estipulando prazo para devolução do mesmo.

19. O editor-chefe encaminhará notificação aos autores informando sobre a aprovação ou não do texto para publicação. Junto à notificação será enviada cópia do conteúdo do parecer, sem identificação do parecerista; 20.

Caso o autor não promova as alterações sugeridas, em se tratando apenas de mera irregularidade (erros ortográficos, formatação

etc.), a Revista poderá promover de ofício as modificações necessárias.

21. Não se tratando de meras irregularidades, o não atendimento pelo autor das solicitações de ajustes ou modificações, ou em caso de plágio ou descumprimento da presente norma, haverá exclusão do trabalho, comunicando-se via e-mail;

22. Os textos deverão ser enviados exclusivamente para o e-mail: revistamoitara@gmail.com O editor-chefe encaminhará os artigos para o Conselho Editorial, sem identificação do(s) autor(es), para dois pareceristas cujos nomes serão mantidos em sigilo. Em caso de divergências nos pareceres, o texto será enviado a um terceiro consultor;

23. Nos casos em que o pareceristas sugerirem ajustes ou correções nos trabalhos enviados, os autores devem proceder aos referidos ajustes dentro do prazo de 15 dias para que sejam enviados para nova análise formal;

24. Conceitos, afirmações e ideias contidas no texto serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es);

25. Resenhas, resumos, entrevistas e outros textos não serão submetidos ao sistema de pareceres. A publicação de tais matérias será decidida pela Comissão editorial Executiva;

26. Um mesmo autor não poderá ter mais de 1 (um) artigo científico publicado no mesmo exercício. Não serão computados neste limite as resenhas e resumos.

Declaração de Direito Autoral

Ao realizar a submissão do texto o(s) autor(es) está(ão) concordando automaticamente com a publicação do mesmo, caso obtenha pareceres positivos dos avaliadores. Dessa forma, com a publicação o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente cedendo os direitos autorais do texto para a Moitará – Revista Eletrônica da Fundação Araporã.

Os autores somente poderão publicar o mesmo texto em outras obras, veículos e/ou periódicos mediante autorização formal da Comissão Editorial da revista.

Tal procedimento faz-se necessário porque a Moitará tem o compromisso de publicar apenas textos originais.

Tendo em vista as normas do trabalho científico, a autoria do trabalho deve ser restrita àqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado. No caso de vários autores, o autor principal deve garantir que todos os coautores estejam incluídos no artigo. O autor principal também deve certificar-se que todos os coautores viram e aprovaram a versão final do manuscrito e que concordaram com sua submissão para publicação.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.